

CIDADANIA DESIGNADA: O SOCIAL NA REFORMA DO ESTADO – UM ESTUDO SOBRE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL EM GOIÁS

SILVA, Rejane Cleide Medeiros – UFG

GT-03: Movimentos Sociais e Educação

O ressurgimento da sociedade civil tem como centralidade a oposição ao Estado ditatorial, que é considerada por alguns cientistas políticos como a fundação da sociedade civil no Brasil e um elemento importante fora agregado ao novo contexto para a consolidação de novas práticas políticas no Brasil: o deslocamento do ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade social. A questão que se busca analisar visa compreender quais as novas características do empresariado brasileiro e de que forma o ativismo social de filantropia empresarial, torna-se a principal prática ao padrão de intervenção emergente de assistência social. E circunscrevendo a esta problemática, busca-se compreender se as ações desenvolvidas pelas novas práticas sociais contribuem para a criação de uma cultura política que possa alterar as formas de realização de direitos de cidadania.

O objetivo da pesquisa é analisar as novas características dos empresários brasileiros a partir de 1990 e se dá pela necessidade de compreender porque os empresários aderiram ao projeto de responsabilidade social e quais as implicações econômicas e políticas desse projeto na sociedade brasileira.

Nos anos de 1990, a reforma do aparelho administrativo apresentou uma conotação importante quanto à implementação de políticas sociais e efetivação dos espaços públicos. A desresponsabilização do Estado pelo desenvolvimento econômico e social passou a ser a função primordial deste, que desempenhou o papel como promotor e regulador dos processos de privatização e terceirização e de parceria público-privada (CRUZ, 2005). Assim, no plano da reforma do aparelho do Estado, a publicização evidenciava o modelo pelo qual os programas não-exclusivos do Estado foram repassados para organizações não-estatais sem significar privatizações. Esta publicização simbolizava, também, a transferência dos serviços não-exclusivos do Estado para o terceiro setor, com um caráter de organizações sociais (BRASIL, MARE, 1995).

Os caminhos escolhidos para reduzir a pobreza no Brasil são tortuosos e diferentes dos pretendidos pelos movimentos sociais, que defendiam, uma nova noção

de cidadania como estratégia de transformação política e social, buscando um conceito de justiça e de direitos, imbricados às práticas democráticas. Ao invés disso, o que se vê é a defesa da filantropia empresarial que visa atender a questão social, buscando substituir as políticas universais da cidadania, de responsabilidade do Estado, com o discurso de que este Estado não apresenta condições para operar tais serviços, devido aos históricos fracassos – a e ineficiência que se agregou no aparelho de Estado.

No discurso do Estado, as associações locais e comunitárias se formalizam para atender a filantropia, configurando-se como política de responsabilidade social e assumindo características que possibilitam gerar uma nova forma de gerir a questão social (PAOLI, 2002). No caso dessas organizações, há associações que são compostas por grupos que se constituem livremente por interesses próprios, e as causas do associativismo voluntário podem estar ligadas aos processos de democratização e das novas condições de sociabilidades nas sociedades industrializadas. Mas, esta forma de congregar indivíduos faz parte de uma estratégia para diminuir os conflitos e elaborar um pano de fundo para a questão da convivência entre os indivíduos que, com “tolerância”, tentariam se harmonizar em clima de paz, e o Estado garantiria a ordem organizando arranjos para conter os possíveis riscos de rupturas.

Este estudo se desenvolve utilizando-se da abordagem qualitativa de pesquisa, considerando a sua natureza e o seu objeto: cidadania designada: o social e a reforma de Estado – um estudo sobre empresas e responsabilidade social em Goiás. Aponta com relevância para o favorecimento da interpretação do fenômeno social, bem como reconhece os entrevistados como produtores de relações sociais e, também, elaboradores de conhecimentos.

Como procedimento metodológico utiliza-se o estudo de caso. Busca-se, todavia, estudar as ações e práticas sociais desempenhadas pelas empresas que desenvolvem programas de atendimento aos grupos sociais que historicamente compõe o quadro de desigualdades e preconceitos na sociedade brasileira. Como locus empírico escolheu-se a associação dos deficientes visuais de Goiás por fazer parte deste grupo e por ser atendidos por empresas que desenvolvem a prática do voluntariado baseado na política de responsabilidade social.

Na primeira etapa do processo de pesquisa está sendo aplicada entrevista semi-estruturada, visando alcançar uma amostra no total geral dos diretores da associação que perfazem 13 diretores e 10% dos associados, visto que o nº é de 200 associados. Serão realizadas entrevistas com voluntários das empresas que atendem à associação, como

também os representantes do setor de atendimento ao trabalho voluntário e ao programa de responsabilidade social das empresas em Goiás. A coleta de dados inclui uma análise documental composta da Lei do Voluntariado nº 9.608/98 de fevereiro de 1998, a Lei das organizações Sociais (OS) de 1998, e a Lei nº 9.790/99, que cria as organizações da sociedade civil e o plano MARE (Plano diretor da reforma do aparelho do Estado), Brasília, 1995 – Presidência da República –, gestão Fernando Henrique Cardoso. E como aspectos importantes para apreensão da realidade serão utilizados dados da última pesquisa desenvolvida pelo IPEA (Instituto de pesquisa econômica aplicada), 2006, sobre a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil, como instrumento quantitativo de dados sobre as empresas e os empresários no Brasil.

Foram realizadas 30 entrevistas com membros da diretoria e associados da associação dos deficientes visuais de Goiás, sendo que 85% apresentaram como resultados o entendimento de que cidadania é: “direitos e deveres do cidadão” e 15% que não existe de fato a cidadania no Brasil, pois é difícil acontecer na prática, é uma utopia, são cidadãos só porque recebem o direito ao passe livre e o benefício saúde, “isso não é ser cidadão, é política de favores à população pobre”, afirma um associado (56 anos- aposentado). Para 95% dos entrevistados as ações de atendimento dos serviços públicos para melhorar a vida do cidadão só operam em condições precárias, 5% não opinaram.

Quanto à prática do voluntariado, 30% do total de entrevistados dizem ser negativa, pois com essa prática o governo deixa de realizar os próprios serviços ao cidadão, “não se sabe se somos atendidos pelo Estado ou pelo setor privado, isso é uma confusão!” (associada-45 anos- jornalista). 70% dos entrevistados afirmam ser esta uma forma de ajudar as pessoas que precisam: “é sempre bom doar um pouco de si aos menos favorecidos socialmente, a sociedade também precisa fazer a sua parte” (aposentado-45 anos), 90% dos entrevistados não sabem justificar porque as empresas escolheram a associação para atender, só sabem que recebem presentes e festa no natal e dia da criança. Os outros 10% acreditam que as empresas sempre têm outras intenções por traz de suas políticas de ajuda aos mais pobres e excluídos, como uma forma de reafirmar sua marca no mercado.

Com relação aos resultados parciais obtidos da pesquisa ação social das empresas realizada pelo IPEA, se observa que na região centro-oeste há um crescimento de 11 pontos percentuais na proporção de empresas que desenvolvem ações sociais no período de 2000 e 2004, passando de 50% para 62%, o que pode corresponder a um

total de 49 mil empresas em toda a região. Nessa lógica, trata-se – na visão dos empresários – de despertar no empresariado brasileiro a consciência ética de cidadão para operar como ator e protagonista da construção de uma nova sociedade para que esta se torne mais humana, mais justa e que venha celebrar a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Assim, lançam-se “[...] ativamente no campo social, chamando seus pares à responsabilidade para com o contexto no qual desenvolvem seus negócios, e nesse movimento redefine o sentido e o modo de operar da velha filantropia [...]” (PAOLI, 20002). Para tanto, o empresariado brasileiro elabora ações no formato das ONGs que surgiram como práticas de grupos sem qualquer representação política, “[...] colaborando com o governo, ou com o terceiro setor, legitimando-os e transferindo-lhes a credibilidade que conquistaram a partir da crítica da racionalidade burguesa instrumental” (OLIVEIRA, 2000).

A pesquisa busca apreender os nexos constitutivos e o significado político do crescente número de organizações da sociedade civil, suas parcerias e articulações para atender aos desfiliaados e excluídos do processo social. Assim, a partir dos documentos analisados como a lei do voluntariado de 1998, das organizações e do plano de reforma do Estado, como resultados parciais é possível afirmar que as práticas políticas desenvolvidas hoje são resultados de um processo histórico das complexas mudanças do controle social e como estratégia para diminuir os conflitos e elaborar um pano de fundo para a questão da convivência entre os indivíduos e, com isso o Estado garantirá a ordem, organizando arranjos para conter os possíveis riscos de rupturas.

Como emergência da nova noção de cidadania, Dagnino (1994) elabora um entendimento de que a nova noção opera na contramão do conceito estabelecido pelo liberalismo quanto ao acesso, à inclusão e participação de um sistema jurídico. Isto é, um projeto que vislumbra um pertencimento social, cultural e político, buscando instituir uma sociedade com mudanças de caráter moral e também intelectual a fim de ousar uma possível transformação. Porém, o que se observa hoje é uma diversificação na forma como o termo é apropriado, sua efetiva banalização, ganhando outros significados e conduções políticas variadas. Nesse sentido, podemos entender que, na sociedade contemporânea, o fenômeno cidadania surge afinado às novas condições do indivíduo que a sociedade capitalista gestou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

André, Eliza Dalmazo Alfonso de. **Estudo de caso em pesquisa educacional**. Brasília: Liber editora, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2005.

CRUZ, José Adelson da. **Organizações não-governamentais, reforma do Estado e política no Brasil**: um estudo com base na realidade de Goiás. Tese de doutorado- Unicamp, São Paulo. 2005.

DAGNINO, Evelina. **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela. p. 95-110, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. Brasil: da pobreza da inflação para a inflação da pobreza. In: **ONGs identidade e desafios atuais**. Cadernos da ABONG. São Paulo, nº 27, 2000.

PAOLI, Maria Celia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Sousa Boaventura (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Lua Nova, Revista de cultura e política. São Paulo, 1998.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Câmara da reforma do Estado – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – Brasília, 1995.